

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS ODS DA **AGENDA 2030**

Ana Cristina Moraes Warpechowski
Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho
Sabrina Nunes Iocken

Coordenadoras



Prefácio
Mara Gabrielli

Posfácio
Luiza Helena Trajano

Capítulo Especial
Denis Mukwege

FORUM

Ana Cristina Moraes Warpechowski
Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho
Sabrina Nunes Iocken
Coordenadoras

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS ODS DA AGENDA 2030

Prefácio
Mara Gabrielli

Posfácio
Luiza Helena Trajano

Capítulo Especial
Denis Mukwege

Área específica
POLÍTICAS PÚBLICAS.

Áreas afins
DIREITO PÚBLICO. OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).
DIREITO GOVERNAMENTAL.

Público-alvo/consumidores
GESTORES, PROFESSORES, ACADÊMICOS, SETOR
PÚBLICO, SETOR PRIVADO.

O livro trata da interconexão que existe entre as políticas públicas e todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, por meio da apresentação de casos concretos, relatos de experiências, análises de programas governamentais e exposições sobre as normas e os institutos relacionados com os temas, de forma leve, multidisciplinar e didática.

A Agenda é um conjunto de compromissos dos países em prol do desenvolvimento sustentável, nas dimensões econômica, social, ambiental e de governança, desdobrando-se em 17 objetivos e 169 metas.

E o Brasil é signatário do documento "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Isso significa dizer que o plano de ação global para o atingimento da paz e da prosperidade, com a sua lista de tarefas, envolve todos os atores: governos federal, estaduais e municipais; universidades; mídia; organizações da sociedade civil; empresas; e cidadãos.

Esta obra é inédita em trazer uma abordagem sobre todos os ODS; como também é inovadora em criar uma rede de profissionais nacionais e internacionais, comprometidos com a cooperação e a busca de um mundo melhor. Só por esses motivos, a leitura é indispensável.

Descubra! Envolve-se!

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003043

P769 Políticas públicas e os ODS da Agenda 2030/ Ana Cristina Moraes Warpechowski, Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho, Sabrina Nunes Iocken (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
513 p; 17x24cm

ISBN: 978-65-5518-225-5

1. Direito Público. 2. Políticas Públicas. 3. Direito Governamental. I. Warpechowski, Ana Cristina Moraes. II. Godinho, Heloísa Helena Antonacio Monteiro. III. Iocken, Sabrina Nunes. IV. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

WARPECHOWSKI, Ana Cristina Moraes; GODINHO, Heloísa Helena Antonacio Monteiro; IOCKEN, Sabrina Nunes (Coord.). *Políticas públicas e os ODS da Agenda 2030*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 513 p. ISBN 978-65-5518-225-5.

Ana Cristina Moraes Warpechowski é Conselheira Substituta no TCE/RS. Mestre em Direito pela UFRGS. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões (Ulbra), Direito Processual Civil (Ulbra), Direito do Estado (Uniritter) e Direito do Trabalho (Unisinus). Pós-Graduada em Neurociências e Comportamento, na área da saúde (PUCRS). Pesquisadora, coordenadora de obras e autora de publicações.

Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho é Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Mestre em Administração Pública – Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP/UNB). Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário (PUC Goiás). Professora de Direito Financeiro, Direito Tributário e Direito Administrativo da Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás (Esmeg). Diretora Financeira da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon). Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Sabrina Nunes Iocken é Conselheira Substituta no TCE/SC. Pós-Doutoranda em Direito pela USP. Doutora em Direito, Política e Sociedade pela UFSC. Membro do Conselho Consultivo da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) no biênio 2021-2022. Pesquisadora na área do Direito Público, em especial nos campos do Direito Governamental, do Controle Público e das Políticas Públicas. Palestrante, autora de livros e de diversos artigos, com destaque para a obra: *O controle compartilhado das políticas públicas*.

PREFÁCIO	
Mara Gabrielli	21
APRESENTAÇÃO	
Ana Cristina Moraes Warpechowski, Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho, Sabrina Nunes Iocken	25
LE VIOL COMME ARME DE GUERRE EN RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO ET LE MODÈLE D'ASSISTANCE HOLISTIQUE DE PANZI	
Denis Mukwege	27
O ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E O MODELO DE ASSISTÊNCIA HOLÍSTICA DE PANZI	
Denis Mukwege	35
PANORAMAS DA POBREZA NO BRASIL: DO ETERNO RETORNO AOS DESAFIOS À REALIZAÇÃO SUBSTANTIVA DO ODS 1 (ERRADICAÇÃO DA POBREZA)	
Carla Appollinario de Castro	43
Introdução.....	44
1 Pobreza: notas para refletir sobre sua origem e permanência histórica no desenvolvimento capitalista.....	45
2 Panoramas da exclusão social brasileira: quando a pobreza revela sua cor (raça/etnia), classe e gênero específicos.....	49
3 Era uma vez... o compromisso de realizar o ODS 1 e erradicar a pobreza.....	54
Considerações finais.....	58
Referências.....	59
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: DA INCLUSÃO DAS MULHERES RURAIS À EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO, RIO GRANDE DO SUL	
Márcia Helonice Herbertz, Marlise Maria Fernandes, Rita de Cássia Krieger Gattiboni	63
Introdução.....	63
1 Traços históricos da inclusão social e da redução das desigualdades da mulher rural.....	65
2 A evolução do cooperativismo como sustentáculo da agricultura familiar.....	70
3 A agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.....	73
Considerações finais.....	76
Referências.....	78
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE E O BEM-ESTAR SUSTENTÁVEIS: DIRETRIZES DO ODS 3 NA AGENDA DO CONTROLE	
Luciane Beiro de Souza Machado, Sabrina Nunes Iocken	81
Introdução.....	81
1 Políticas públicas para a saúde e o bem-estar sustentáveis, ODS 3: quais as diretrizes globais?.....	83
1.1 Mortalidade neonatal e infantil, o termômetro de como a sociedade está avançando (Meta 3.2).....	85
1.2 Atuação preventiva com o uso de tecnologias e inovações (Meta 3.b).....	86
1.3 O debate sobre a avaliação de custo-benefício das políticas públicas preventivas (Meta 3.b).....	88
2 A agenda do controle realizado pelos tribunais de contas: como o TCE/SC incorporou o exame de políticas públicas implementadas, relacionadas às metas da Agenda 2030, em pareceres prévios relativos a contas governamentais?.....	91

2.1	A cidade-global: a utilização de evidências a partir de uma rede compartilhada de políticas públicas para subsidiar a tomada de decisão	93
	Considerações finais.....	95
	Referências	96
EM BUSCA DO ALCANCE DO ODS 4 NO BRASIL POR MEIO DO CONTROLE DO CUMPRIMENTO TEMPESTIVO DAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PNE		
	Élida Graziane Pinto	99
	Introdução.....	99
1	Controle da discricionariedade orçamentária em caso de descumprimento das obrigações constitucionais e legais que amparam a efetividade do direito à educação.....	104
2	O dever constitucional dos tribunais de contas e do Ministério Público de Contas para a máxima eficácia do direito fundamental à educação.....	106
	Considerações finais.....	111
	Referências	118
CONTROLE EXTERNO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES AO APRIMORAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL		
	Maisa de Castro Sousa, Vivianne Alves Bragança Brandão	121
	Introdução.....	121
1	Configuração constitucional do controle externo e a conformação dos tribunais de contas.....	122
2	O controle externo exercido sobre o gasto mínimo em educação	126
3	A fiscalização das políticas públicas educacionais pelos tribunais de contas ...	133
	Considerações finais.....	136
	Referências	137
A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO AO FUTURO		
	Heloisa Tripoli Goulart Piccinini, Márcia Raquel Paiva e Holanda	139
	Introdução.....	139
1	A educação de qualidade (ODS 4) na educação infantil: metas e indicadores..	140
2	A intervenção precoce como premissa do direito ao futuro.....	144
3	O vínculo mãe-bebê como fator preponderante ao desenvolvimento saudável.....	149
4	Saúde para educação e educação para saúde: políticas públicas integradas....	150
5	Insegurança alimentar e nutricional.....	153
	Considerações finais.....	155
R	Referências	157
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL – AVANÇOS E DESAFIOS		
	Eliana Guerra de Alencar	159
	Introdução.....	159
1	Cartografia histórica no enfrentamento à violência contra as mulheres brasileiras	162
1.1	As conferências de políticas para as mulheres no Brasil	163
2	Avanços no enfrentamento à violência contra a mulher.....	164
2.1	Decisão histórica de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.....	165
2.2	Alguns avanços da legislação brasileira	168
3	Transversalidade, integralidade, intersetorialidade e conflitos nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher – O grande desafio....	169
	Considerações finais.....	173
	Referências	174
IGUALDADE INTRAGÊNERO E BRANQUITUDE		
	Eliane Marques	177
	Introdução.....	177
1	Inyanga, Ginga e Nzinga.....	181
2	Um projeto de Brasil dos “semelhantes”	184
3	Um projeto de Brasil dos “semelhantes” (segunda parte)	187
	Referências	193

DIREITOS FUNDAMENTAIS À ÁGUA E DA ÁGUA E PROPOSTAS PARA VIABILIZAR O ODS 6

Ana Alice De Carli, Elizabete Rosa de Mello	197
Introdução.....	197
1 Direito fundamental à água (segura) e direito fundamental da água.....	199
2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	200
2.1 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: água e saneamento básico.....	201
3 Propostas para viabilizar o ODS 6.....	202
Considerações finais.....	210
Referências.....	210

ENCONTROS E DESENCONTROS DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL EM UMA VISÃO CONJUNTA COM A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 6 DA AGENDA 2030 DA ONU

Letícia Ayres Ramos, Flávia Burmeister Martins	213
Introdução.....	213
1 Panorama do saneamento básico no Brasil.....	214
2 O novo marco do saneamento sob a noção do “serviço público à brasileira”	215
3 Conexões entre o ODS 6 e o saneamento básico no Brasil.....	217
4 O desafio da gestão: a governança na integração de políticas públicas.....	221
5 O desafio da titularidade: a multiplicidade de atores.....	223
6 O desafio da participação social nos processos decisórios.....	225
Considerações finais.....	227
Referências.....	228

O PAPEL DA TECNOLOGIA FOTOVOLTAICA NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE FORMA SUSTENTÁVEL

Izete Zanescó	231
Introdução.....	231
1 Energia e desenvolvimento humano.....	232
2 O impacto das energias renováveis na sustentabilidade ambiental.....	233
2.1 A transição para a matriz de energia com fontes renováveis.....	233
2.2 A transição energética promovida pela conversão da energia solar.....	235
2.3 A tecnologia fotovoltaica.....	237
Considerações finais.....	245
Referências.....	245

PROTEÇÃO À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS: NECESSIDADES E DESAFIOS

Magadar Rosália Costa Briguet	247
Introdução.....	247
1 Existem políticas públicas referentes à saúde dos servidores?.....	249
2 A realidade da estrutura administrativa brasileira.....	250
3 Serviço público e bem-estar.....	252
4 A concretização do bem-estar do servidor em ações práticas.....	255
5 A peculiar situação de servidores públicos cuidadores de pessoas com deficiência.....	256
Considerações finais.....	259
Referências.....	260

TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: UM RELATO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO PROMOTOR DE DIREITOS NA DEFESA DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL, A PARTIR DAS AÇÕES EM PARCERIA ENTRE O MPT/RS E A 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE PORTO ALEGRE

Cinara Vianna Dutra Braga, Patrícia de Mello Sanfelici Fleischmann	263
Introdução.....	263
1 O surgimento do termo de cooperação técnica interinstitucional e a aproximação interinstitucional a partir do combate ao trabalho infantil, por iniciativa da 11ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre.....	263

1.1	A parceria com a OIT e a SRT/RS – Projeto Aprendizando	265
1.2	Demais iniciativas	267
2	Iniciativas específicas do Projeto Aprendizando, com dados alcançados entre 2017 e 2020 e registros fotográficos.....	268
2.1	Aprendizagem profissional	268
2.2	Ensino para Jovens e Adultos (EJA) – Fundamental e médio.....	268
2.3	Cursos técnicos profissionalizantes	269
2.4	Saúde mental/Ceapia Aprendizando	269
2.5	Saúde mental/Winnicott Aprendizando.....	270
2.6	Saúde mental/Empathie Aprendizando	270
2.7	Possibilitar Sonhos e Construir Futuro	270
2.8	Nós: Quem Conta um Conto Aumenta um Ponto – Osicom e Fase.....	271
2.9	Projeto Partiu Aula	271
2.10	Projeto Versos de Liberdade.....	272
2.11	Projeto República e Curso de Corte de Cabelo e Barba	272
2.12	Projeto de Integração Social Morro da Cruz.....	273
3	Registros específicos das demais iniciativas oriundas do termo de cooperação interinstitucional, com dados alcançados entre 2017 e 2021 e registros fotográficos	274
3.1	Ensino superior – Bolsas de estudo/Ulbra	274
3.2	Ensino superior – Bolsas de estudo/IPA	275
3.3	Saúde Mental/Ceapia	275
3.4	Saúde Mental/Ceapia “Devolvidos de Adoção”	275
3.5	Saúde Mental II/Ceapia	275
3.6	Saúde Mental I/Winnicott	275
3.7	Saúde Mental II/Winnicott.....	276
3.8	Saúde Mental I/Winnicott	276
3.9	Saúde Mental/Empathie	276
3.10	Saúde Mental/Lydia Coriat.....	276
3.11	Serviços médicos Urgetrauma	276
3.12	Nós: Quem Conta um Conto Aumenta um Ponto	277
3.13	Aprendizagem profissional – Corte e costura sustentável.....	277
3.14	Aprendizagem profissional – Embelezamento.....	278
3.15	Infraestrutura das casas	278
3.15.1	Aquisição de bens móveis.....	278
3.15.2	Doação de bens e serviços.....	279
3.15.3	Projeto Gerador.....	279
3.15.4	Projeto Máquina de Lavar Industrial	280
3.15.5	Projeto RGE.....	280
3.15.6	Projeto Springer Carrier.....	281
3.15.7	Projeto Agiplan	281
3.15.8	Projeto GM.....	281
3.15.9	Projeto Grémio	282
3.15.10	Projeto Ambiência	282
3.15.11	Projeto Veículo Abrigo João Paulo II	282
3.15.12	Projeto Cadeiras de Rodas Adaptadas.....	283
3.15.13	Projeto de prestação de serviços de limpeza e manutenção	283
3.16	Cursos de capacitação profissional.....	283
	Considerações finais.....	283

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O GRANDE DESAFIO DA META 9.C
DO ODS 9: GARANTIR PROTEÇÃO AOS DADOS PESSOAIS EM TEMPOS DE
ECONOMIA DIGITAL

Andrea Willemin, Elenise Magnus Hendler	285
Introdução.....	285
1 A proteção dos dados pessoais no contexto do desenvolvimento tecnológico.....	285
2 Proteção de dados pessoais em um cenário de economia mais do que globalizada.....	289
3 Brasil e o recorte constitucional dos ODS e da proteção de dados pessoais.....	291
4 A adequação brasileira à Meta 9.c.....	292
5 Inovações e sua base no <i>privacy by design</i> e <i>privacy by default</i>	294

6	Desenvolvimento econômico só se admite com respeito às garantias individuais, seja por adaptação, seja por padrão	297
7	A importância da proteção de dados pessoais (LGPD) para o alcance da Meta 9.c.....	298
	Considerações finais.....	298
	Referências	299

A POLÍTICA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA: O IMPERATIVO CATEGÓRICO DA SUSTENTABILIDADE

	Júnia Rosa Soares	303
	Introdução.....	303
1	Contextualização da política nacional de infraestrutura no cenário do ODS 9....	303
2	As tendências e os desafios emergentes das últimas décadas.....	307
3	Sustentabilidade e a política nacional de infraestrutura: uma análise da tomada de decisão à luz do imperativo categórico de Kant.....	313
	Considerações finais.....	314
	Referências	316

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: IMPASSES PARA O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A INCLUSÃO SOCIAL E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

	Aline Cardoso Mangili, Letícia Manique Barreto, Renata Angelis Jamardo Fiorentin, Kelly Gianezini	319
	Introdução.....	319
1	Políticas públicas e a redução das desigualdades	321
2	O acesso e a permanência na educação superior por meio das ações afirmativas	324
3	Os desafios das IES na inclusão social	328
	Considerações finais.....	332
	Referências	332

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IGUALDADE: UM DEVER DE TODOS

	Sonia Endler de Oliveira	335
	Introdução.....	335
1	As múltiplas facetas da desigualdade e sua visibilidade pelo IDH e pelo Gini: como é medida a desigualdade	337
1.1	Um breve retrato das desigualdades brasileiras.....	339
1.2	Impactos da política tributária na desigualdade de renda.....	341
2	Os desafios para o alcance do ODS 10 por meio das auditorias governamentais: a responsabilidade dos tribunais de contas	345
	Considerações finais.....	347
	Referências	347

MOBILIDADE URBANA E SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES BRASILEIRAS: POR QUE SOMOS TÃO POUCO SUSTENTÁVEIS?

	Erika Cristine Kneib	351
	Introdução.....	351
1	Sustentabilidade: um conceito frágil ou potencial?	353
2	Transporte, acessibilidade, mobilidade e mobilidade sustentável: quais as diferenças?	356
3	A legislação urbana brasileira favorece a mobilidade e a busca pela sustentabilidade nas cidades?	357
3.1	Estatuto da Cidade.....	357
3.2	Lei Federal de Mobilidade	359
3.3	Estatuto da Metrópole.....	361
4	Afinal, por que somos tão pouco sustentáveis?	363
	Referências	366

CITY COIN NITERÓI: CAMINHO PARA UMA CIDADE MAIS INTELIGENTE, RESILIENTE E SUSTENTÁVEL

	Andressa Guimarães Torquato Fernandes, Annalice Oliveira Azevedo Baldini Figueira	369
	Introdução.....	369
1	<i>Smart cities</i> no contexto do ODS 11	369

2	<i>City coin</i> : aspectos gerais.....	373
3	A <i>city coin</i> de Niterói	375
	Considerações finais.....	379
	Referências	380
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS E A ATUAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: UM “APELO À ÚLTIMA GERAÇÃO”		
	Daniela Zago Gonçalves da Cunda, Teresa Villac	383
	Introdução.....	383
1	Sustentabilidade como direito/dever constitucional, para além de um princípio	384
2	Sustentabilidade multidimensional e ecológica a ditar que é hora de agir como apelo “à última geração”	386
3	Licitações e contratações sustentáveis: a construção social da realidade	390
	Considerações finais.....	396
	Referências	397
O PAPEL DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL EM PROL DO ODS 13: AÇÕES CONTRA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS		
	Denise Lucena Cavalcante	401
	Introdução.....	401
1	O direito tributário ambiental como auxiliar na promoção do ODS 13.....	402
2	A necessária integração das políticas fiscais com as políticas ambientais.....	404
3	Precificação do carbono no contexto brasileiro.....	407
	Considerações finais.....	410
	Referências	410
POR UM OCEANO SUSTENTÁVEL		
	Leticia Cotrim da Cunha, Luana Queiroz Pinho, Gleyci A. O. Moser, Cristina Russi G. Furtado	413
	Por que devemos falar do oceano?.....	413
1	O uso sustentável do oceano	415
2	Microplásticos, a mensagem na garrafa.....	417
3	Os microplásticos na teia trófica marinha: colhemos o que plantamos?	419
	Considerações finais.....	421
	Referências	422
ODS 15 – VIDA TERRESTRE E OS INCÊNDIOS NO PANTANAL		
	Jaqueline Maria Jacobsen Marques, Giselle Ferreira Vieira	427
	Introdução.....	427
1	Objetivo 15 da Agenda 2030: proteger a vida terrestre.....	428
2	Políticas públicas: combate aos incêndios florestais e desenvolvimento sustentável	429
2.1	Ambiente x economia.....	430
2.2	Conceitos e legislação correlata ao combate aos incêndios florestais.....	432
3	Incêndios no Pantanal	434
3.1	Bioma Pantanal: características.....	435
3.2	Incêndios no Pantanal em 2020: causas e consequências.....	436
3.3	Atuação dos órgãos públicos e de controle no combate aos incêndios no Pantanal	437
	Considerações finais.....	438
	Referências	438
A INDUÇÃO DE UM NOVO PATAMAR DE CONSCIÊNCIA ÉTICA COMO PILAR ESSENCIAL NO COMBATE À CORRUPÇÃO		
	Ana Cristina Moraes Warpechowski, Milene Dias da Cunha	441
	Introdução.....	441
1	O “jeitinho” como marca da corrupção	443
2	A falta de empatia.....	445
3	A dissonância cognitiva.....	446
4	A mentira e o sistema de recompensas.....	447
5	Arquétipos institucionais: a necessidade de representações mais virtuosas.....	449

6	A modulação do comportamento pelo meio ambiente.....	451
7	A base normativa brasileira serve para alcançar as metas do ODS 16 e combater a corrupção?.....	454
	Considerações finais.....	456
	Referências	457
<p>ODS 16 E O PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)DELEGABILIDADE E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</p>		
	Ariane Sheram	461
	Introdução.....	461
1	Poder de polícia: conceito e natureza.....	463
2	Críticas doutrinárias à expressão <i>poder de polícia</i> e ao seu conteúdo	465
3	Poder de polícia e as transformações da Administração Pública brasileira.....	466
4	Princípio da eficiência e a transferência de tarefas públicas a pessoas não integrantes do aparato central de poder do Estado.....	468
	Considerações finais.....	471
	Referências	472
<p>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA AGENDA PRIORITÁRIA</p>		
	Vanice Regina Lírio do Valle	475
	Introdução.....	475
1	Políticas públicas e IA: três possíveis entrelaçamentos.....	476
2	Dilemas do desenho de políticas públicas em IA.....	479
3	Políticas públicas para IA: por onde começar o debate?	481
3.1	Relevância do papel do Estado nas políticas atinentes à IA	482
3.2	Políticas públicas para IA e deveres de proteção em relação a direitos fundamentais.....	483
3.3	<i>Checklist</i> para uma agenda de políticas públicas em IA.....	486
	Considerações finais.....	488
	Referências	488
<p>PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS COMO INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL</p>		
	Ana Carla Bliacheriene, Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho, Márcia Walquíria Batista dos Santos	491
	Introdução.....	491
1	Financiamento das políticas públicas no Brasil e a Meta 17.17	493
2	Parceria público-privada à moda brasileira	495
	Considerações finais.....	501
	Referências	501
<p>POSFÁCIO</p>		
	Luiza Helena Trajano	505
<p>SOBRE AS AUTORAS.....</p>		
		507
<p>SOBRE AS COLABORADORAS</p>		
		513

Aline Cardoso Mangili

Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc). Pós-Graduada em Desenvolvimento Humano e Organizacional pela Unesc. Graduada em Administração pela Escola Superior de Criciúma (Esucri) e integrante do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU).

Ana Alice De Carli

Professora do Curso de Direito e do Mestrado em Tecnologia Ambiental na UFF. Coordenadora da Pós-Graduação *lato sensu* em Residência Jurídica na UFF/VR. Doutora e mestre em Direito Público e Evolução Social. Especialista em Direito Público. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Meio Ambiente e Direito (Gemadi/UFF). Membro da Comissão Ambiental da OAB/RJ.

Ana Carla Bliacheriene

Advogada. Parecerista. Professora de Direito da USP. Livre-Docente em Direito Financeiro pela Faculdade de Direito da USP. Mestre e doutora em Direito Social pela PUC-SP. Atua nas áreas de finanças públicas e orçamento, gestão de políticas públicas, implementação de políticas públicas, controle, eficiência e transparência do Estado e da Administração Pública, qualidade na gestão pública, judicialização das políticas públicas, novas tecnologias aplicadas à gestão pública, desafios jurídicos, sociais e de gestão para a implantação das *smart cities* (cidades inteligentes). Coordenadora do Grupo de Pesquisas SmartCitiesBr (USP).

Ana Cristina Moraes Warpechowski

Conselheira substituta no TCE/RS. Mestre em Direito pela UFRGS. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões (Ulbra), Direito Processual Civil (Ulbra), Direito do Estado (Uniritter) e Direito do Trabalho (Unisinos). Pós-Graduada em Neurociências e Comportamento, na área da saúde (PUCRS). Pesquisadora, coordenadora de obras e autora de publicações.

Andrea Willemin

Chief Data Protection Officer da Comunidade Europeia e *Privacy by Design Expert*. Formadora de encarregados de dados. Doutoranda em Ciência da Informação e Tecnologia e Mestre em Direito da Sociedade de Informação e Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Santa Catarina. Advogada, engenheira e economista pós-graduada em Segurança da Informação e Proteção de Dados (EPFL/Suíça e Maastricht/Holanda).

Andressa Guimarães Torquato Fernandes

Professora de Direito Financeiro e Tributário da UFF. Pós-Doutora em Economia pela FGV/SP. Doutora em Direito Financeiro e Tributário pela FD-USP, com período sanduíche na University of Dundee, Escócia. Graduada em Direito pela UFRN. Idealizadora e coordenadora do projeto Cidade inteligente e inclusão financeira: uma moeda digital para o Município de Niterói. Pesquisadora líder do grupo de pesquisa *City Coin* Brasil.

Annalice Oliveira Azevedo Baldini Figueira

Mestranda em Direito Constitucional pela UFF. Pós-Graduada em Direito Público pela PUC Minas. Bolsista da Fundação Euclides da Cunha, pelo projeto de pesquisa Cidade inteligente e inclusão financeira: uma moeda digital para o Município de Niterói. Integrante do Grupo de Pesquisa *City Coin* Brasil. Foi professora substituta na UFF.

Ariane Sherman

Assessora de Conselheiro no TCE/MG. Advogada. Mestre e doutoranda em Direito e Administração Pública pela UFMG. Autora e coautora de artigos e de capítulos de livros na área do direito administrativo.

Carla Appollinario de Castro

Professora do Departamento de Direito Privado e do PPGSD/UFF. Coordenadora da Clínica jurídica para defesa de direitos e inclusão social da população LGBTQI+ vulnerável de Niterói. Participa da Coordenação do SDD/UFF – Sexualidade, Direito & Democracia, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa da Capes (<http://sdd.uff.br/>). Graduada em Direito. Mestre e Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pelo PPGSD/UFF.

Cinara Vianna Dutra Braga

Promotora de Justiça no MP/RS, designada pela Corregedoria-Geral para atuar na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre. Recebeu o 1º Prêmio Miguel Velasquez de Direitos Humanos em 2015, o Voto de Louvor em 2016, o Prêmio CNMP em 2018 e foi homenageada pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 2018, em razão da sua destacada atuação em prol da infância e juventude.

Cristina Russi Guimarães Furtado

Engenheira química. Professora do Instituto de Química da UERJ. Desde 2008, é diretora do Escritório de Cooperação Internacional da UERJ. Tem experiência na área de polímeros com ênfase na avaliação de propriedades físico-mecânicas e reológicas e na avaliação dos impactos ambientais causados pelo uso de polímeros.

Daniela Zago Gonçalves da Cunda

Conselheira substituta e presidente da Comissão de Sustentabilidade no TCE/RS. Doutora e Mestre em Direito (PUCRS). Pós-Graduada (UFRGS) e Graduada (UFSC) em Direito. Professora convidada em cursos de Pós-Graduação (PUCRS e outros). Membro do grupo de pesquisa Estado Digital e Sustentável (PUCRS). Pesquisadora junto à FDUL. Autora de publicações nacionais e internacionais sobre gestão pública sustentável, direitos/deveres fundamentais e controle externo.

Denise Lucena Cavalcante

Professora titular da UFC. Procuradora da Fazenda Nacional. Pós-Doutora em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Doutora em Direito pela PUC-SP. Mestre em Direito pela UFC. Especialista em Direito Tributário Internacional pela Universidade de Salamanca/Espanha. Líder do grupo de pesquisa em Tributação Ambiental UFC/CNPq.

Elenise Magnus Hendler

Procuradora do Estado de Santa Catarina. Encarregada de Tratamento de Dados Pessoais (*Data Protection Officer*) e Procuradora-chefe do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS.

Eliana Guerra de Alencar

Professora no curso de Mestrado da UNLZ, Argentina. Especialista em Políticas Públicas e Sistema Interamericano de Direitos Humanos pelo IPPDH/OEA/CIDH. Consultora, psicoterapeuta, pesquisadora e palestrante nas áreas da violência contra a mulher e conflictologia. Atua como consultora nacional e internacional sobre políticas públicas de gênero. Ex-Diretora do Departamento de Enfrentamento à violência contra a mulher da SNPM da Presidência da República.

Eliane Marques

Auditora pública externa do TCE/RS. Graduada em Pedagogia e Direito (Urcamp). Pós-Graduada em Constituição, Política e Economia (UFRGS). Mestre em Direito Público (Unisinos). Especialista em Psicanálise na Após Coup Porto Alegre Psicanálise e Poesia, onde atualmente é coordenadora e docente de um dos seminários de especialização em Psicanálise. Coordena a Escola de Poesia, entre outros projetos. É pesquisadora dos temas relativos ao racismo pelo viés psicanalítico. Escritora e colunista no jornal *ZH*.

Élida Graziane Pinto

Professora de Finanças Públicas na Eaesp/FGV. Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo. Doutora em Direito Administrativo pela UFMG, com estudos pós-doutorais em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV).

Elizabeth Rosa de Mello

Professora das disciplinas de Direito Tributário, Tributos em Espécie, Direito Processual Tributário e Direito Internacional Tributário da UFJF. Doutora em Direito. Mestre em Direito Público. Especialista em Direito Público e Direito Privado. Tem experiência na área de educação, com ênfase em métodos e técnicas de ensino e na área jurídica, com consultoria jurídico-tributária e empresarial. Sócia-fundadora do Instituto de Direito Tributário e Finanças Públicas de Juiz de Fora e Região.

Erika Cristine Kneib

Professora e pesquisadora na UFG, no curso de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade. Arquiteta urbanista, mestre e doutora em transportes, com pesquisa de pós-doutorado em mobilidade urbana no Instituto Superior Técnico de Lisboa. Exerceu atividades em prefeitura municipal, no Governo do Distrito Federal e no Ministério das Cidades.

Flávia Burmeister Martins

Auditora pública externa e integrante da Comissão de Sustentabilidade no TCE/RS. Mestre e doutora em Geotecnia pela UFRGS. Engenheira ambiental junto à Petrobras. Representa a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos da Abes-RS junto ao GT Logística Reversa de Embalagens do RS.

Giselle Ferreira Vieira

Advogada e assessora no TCE/MT. Mestre em *Comparative Law* (UFL-EUA). Pós-Graduada em Direito Agroambiental, Empresarial-Tributário, Processual Civil e Contabilidade Pública. Graduada em Direito (UFMT). É *fellow* da LEAD International. Autora e coautora de livros e artigos. Atuou como professora e coordenadora do Escritório Modelo Ambiental da UFMT e procuradora-chefe da Fiscal (PGMVG).

Gleyci A. O. Moser

Professora da Faculdade de Oceanografia da UERJ. Bióloga, mestre e doutora em Oceanografia pela USP, atuante na área de ecologia do fitoplâncton marinho, ecologia de micro-organismos marinhos e fisiologia de microalgas marinhas. Professora desde 2002, atuando em temas de biologia e oceanografia.

Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho

Conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Mestre em Administração Pública – Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP/UNB). Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário (PUC Goiás). Professora de Direito Financeiro, Direito Tributário e Direito Administrativo da Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás (Esmeg). Diretora financeira da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon). Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Heloisa Tripoli Goulart Piccinini

Conselheira substituta e presidente da Comissão de Jurisprudência no TCE/RS. Graduada em Direito pela UFRGS. Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela PUCRS. Exerceu os cargos de auditora de controle externo e assessora do Ministério Público de Contas do TCE/RS, além de procuradora do estado do Rio Grande do Sul. Representante do TCE/RS na Fundação do Fórum de Prevenção do Uso de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes.

Izete ZanESCO

Professora titular da Escola Politécnica da PUCRS e bolsista DT do CNPq. Doutora em Engenharia na área de energia solar fotovoltaica. Orientadora de alunos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. As atividades de P&D são em células solares, módulos fotovoltaicos e sistemas fotovoltaicos. Membro da Associação Brasileira de Energia Solar (Abens), da International Solar Energy Society (Ises) e cofundadora da Rede Brasileira de Mulheres na Energia Solar (Rede MESol). Foi indicada ao Prêmio Cláudia da Editora Abril, na categoria Ciências, em 2011.

Jaqueline Maria Jacobsen Marques

Conselheira substituta no TCE/MT. Mestre em Administração Pública (IDP). Pós-Graduada em Auditoria das Entidades Governamentais (UFMT), Gestão Pública (Faculdade Afirmativo), Controle Externo e Direito do Estado (FGV-Rio). Graduada em Administração (UFMT). Palestrante, autora e coautora de livros e artigos nas áreas de administração pública e controle externo.

Júnia Rosa Soares

Superintendente de Planejamento e Gestão da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade do Governo de Santa Catarina. Mestre em Gestão Estratégica de Organizações pela Esag/Udesc. Administradora de carreira do estado de Santa Catarina, foi presidente por 5 anos da Ena' Brasil, escola de governo que atua em parceria com a École Nationale d'Administration – l'Ena France.

Kelly Gianezini

Professora permanente do PPGDS e do curso de Direito da Unesc. Pós-Doutora pela Universidade de Coimbra. Doutora em Educação pela UFRGS, com estágio de doutorado sânduíche pela University of California – Los Angeles. Mestre em Direito e em Sociologia (UFRGS). Bacharelado em Ciências Sociais (UFRGS), licenciatura em Sociologia (Unijuí) e bacharelado em Direito pela PUCRS. Foi *visiting researcher* na University of Florida. É líder do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU).

Leticia Ayres Ramos

Conselheira Substituta no TCE/RS. Mestre em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Ambiental Nacional e Internacional pela UFRGS. Possui licenciatura em Química (Ulbra) e bacharelado em Direito (UFRGS). Atuou como assessora no MP/RS e procuradora do estado do Rio Grande do Sul.

Leticia Cotrim da Cunha

Professora da Faculdade de Oceanografia da UERJ, atuante na área de biogeoquímica marinha. É uma das autoras do 6º Relatório de Avaliação do Clima do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) e colidera o Grupo Brasileiro de Pesquisa em Acidificação do Oceano (BrOA), além da subrede Oceanos da Rede Clima.

Leticia Manique Barretto

Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Bolsista do Capes. Graduada em Direito pela Unesc e integrante do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU).

Luana Queiroz Pinho

Professora de Oceanografia Química e Coordenadora de graduação no curso de Oceanografia da UERJ. Pós-Doutora pela Universidade de Linköping (Suécia). Ecóloga e licenciada em Ciências Biológicas pela UFRJ. Dedicou-se ao estudo do ciclo do carbono em ecossistemas aquáticos tropicais. Coordena o projeto de extensão Oceano & Sociedade.

Luciane Beiro de Souza Machado

Auditora fiscal de Controle Externo no TCE/SC. Possui graduação em Administração pela Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência, bem como graduação em Direito pela UFSC. Mestranda pela Udesc – Esag. Tem experiência na área de administração, com ênfase em administração pública.

Magadar Rosália Costa Briguet

Consultora jurídica da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (Abipem) e advogada. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela USP. Pós-Graduada em Direito do Estado pela USP e em Direito Constitucional Ambiental pela Escola Superior de Direito Constitucional. Procuradora aposentada do município de São Paulo. Escritora de livros e artigos em matéria de regimes próprios de previdência social.

Maisa de Castro Sousa

Procuradora de Contas no TCE/GO, exercendo, atualmente, o cargo de procuradora-geral de contas. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas, nível mestrado profissional, na UFG. Especialista em Controle Externo e Governança Pública no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e em Direito Público na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp).

Márcia Helonice Herbertz

Trabalhadora rural em campo de leite. Mestre em Ciências Jurídicas com ênfase em Direitos Humanos pela Unijuí/RS. Tecnóloga em Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Rural pela UFRGS. Ex-Secretária de Políticas das Mulheres em Três de Maio/RS (2017-2020). Ex-Coordenadora de Políticas para Mulheres de Santa Rosa (2009-2011). Ex-Coordenadora de Políticas da Mulher de Três de Maio/RS (2006-2008).

Márcia Raquel Paiva e Holanda

Auditora pública externa e integrante da Comissão de Jurisprudência no TCE/RS. Especialista em Direito Previdenciário pela UCS/RS. Atuou como consultora jurídica e palestrante em Direito Público Municipal na empresa Delegações de Prefeituras Municipais. Realizou diversos cursos e é autora de publicações na área do direito.

Márcia Walquíria Batista dos Santos

Pós-Doutora em Gestão de Políticas Públicas pela EACH/USP. Doutora em Direito do Estado pela USP. Procuradora da Unesp. Professora Titular do Programa de Mestrado da Escola Paulista de Direito – EPD/USP. Ex-Assessora Técnica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Ex-Procuradora-Geral da USP.

Marlise Maria Fernandes

Gestora em Projetos Sociais pela Ulbra/RS. Especialista em Planejamento Estratégico em Políticas Públicas pela Unicamp. Uma das fundadoras do Movimento das Trabalhadoras Rurais, nominado de “Margaridas”, em 1980. Integrante da primeira Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional em 1986.

Milene Dias da Cunha

Conselheira substituta no TCE/PA. Mestre em Ciência Política pela UFPA. Pós-Graduada em Direito Público com ênfase em Gestão Pública (Faculdade Damásio) e Gestão de Pessoas e Marketing (Centro Universitário de Patos de Minas). Graduada em Administração (Centro Universitário de Patos de Minas). Professora, palestrante e autora de publicações.

Patrícia de Mello Sanfelice Fleischmann

Procuradora do MPT. Mestre em Direito das Relações Sociais com ênfase em Direito Previdenciário (PUC-SP). Coordenadora nacional da Coordinfância/MPT no biênio 2017/2019. Coordenadora regional da mesma Coordenadoria, no Rio Grande do Sul (2015-2017; 2019-2021). Professora de Direito Previdenciário, Direito do Trabalho e Direito Constitucional.

Renata Angelis Jamardo Fiorentin

Mestra em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Pós-Graduada em Direito Civil (2014), em Direito Notarial e Registral (2013) e em Direito Tributário (2012) pela Anhanguera. Graduada em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

Rita de Cássia Krieger Gattiboni

Auditora pública externa no TCE/RS. Doutora em Desenvolvimento Regional (Unisc). Mestre em Ciências Criminais (PUCRS). Mestre em História do Brasil (PUCRS). Possui o blog *Evita Calar*.

Sabrina Nunes Iocken

Conselheira substituta no TCE/SC. Pós-Doutoranda em Direito pela USP. Doutora em Direito, Política e Sociedade pela UFSC. Membro do Conselho Consultivo da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) no biênio 2021-2022. Pesquisadora na área do direito público, em especial nos campos do direito governamental, do controle público e das políticas públicas. Palestrante, autora de livros e de diversos artigos, com destaque para a obra: *O controle compartilhado das políticas públicas*.

Sonia Endler de Oliveira

Auditora Fiscal de Controle Externo do TCE/SC. Pós-Graduada em Auditoria Governamental (UFSC). Graduada em Ciências Contábeis (UFSC) e em Ciências Econômicas (Unicesumar). Autora de publicações.

Teresa Villac

Advogada da União, atuando em consultoria jurídica. Doutora em Ciência Ambiental (USP). Filósofa (USP). Advogada (USP). Educadora ambiental com formação pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo (Umapaz). Atua como professora convidada em graduação e pós-graduação. Livros e publicações nacionais e internacionais nas temáticas: licitações sustentáveis, ética ambiental e gestão pública sustentável.

Vanice Regina Lírio do Valle

Procuradora do Município do Rio de Janeiro. Professora colaboradora do PPGDP da UFG. *Visiting fellow* junto à Harvard Law School/*Human Rights Program*. Pós-Doutora em Administração na Ebape/FGV. Doutora em Direito pela UFG. Doutora pela Universidade Gama Filho.

Vivianne Alves Bragança Brandão

Auditora de Controle Externo no TCE/GO e advogada. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas (PPGDP), nível mestrado profissional, na UFG. Especialista em Controle Externo e Governança Pública no Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), Direito Administrativo na Faculdade Única de Ipatinga (Funip), Direito Constitucional na Universidade Cândido Mendes e Processo Civil na Faculdade Unida de Campinas (FacUNICAMPS).

Alexia Becker

Ilustradora digital especializada em retratos personalizados e estampa. Criadora da marca de ilustrações Iluztra.Ale. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UniRitter. Intercâmbio acadêmico na Universitat Politècnica de Catalunya, em Barcelona. Sócia no escritório Vera Zaffari & Co, no cargo de gestora de projetos de arquitetura comercial.

Laís Cristina Oliveira Afonso Silva

Revisora de textos com prática nas áreas acadêmica e jurídica. Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela UFSC. Pós-Graduada em Revisão de Textos pela PUC Minas.

Mônica Cristina Corrêa

Graduada em Letras (Francês, Português e Italiano) pela Universidade de São Paulo. Mestre em Língua e Literatura Francesa (tradução literária). Doutora em Língua e Literatura Francesa. Pós-Doutora em Literatura Comparada (Brasil-França) também pela USP. Ganhou o prêmio Antoine de Saint-Exupéry – Valeurs Jeunesse por sua obra infantojuvenil *O aviador e o pescador* (2014). Traduziu autores franceses para editoras como Iluminuras, Bertrand Brasil e Barcarolla. Entre 2015 e 2020, traduziu seis obras de Antoine de Saint-Exupéry para a Editora Companhia das Letras, em que permanece como tradutora de clássicos franceses.

Verônica Rodrigues Times

Professora das línguas portuguesa e francesa. Graduada em Letras com licenciatura em Letras – Português/Francês pela UFRGS. Mestre em Estudos da Linguagem: Teorias do Texto e do Discurso pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.